



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ACESSÍVEIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A PRODUÇÃO DE UM AUDIOVISUAL NO MONUMENTO NATURAL MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI

Gabriela Maria de Sousa¹

Ana Paula Nunes Chaves²

Introdução

O artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, denominado “Práticas pedagógicas acessíveis no ensino de geografia: sobre a produção de um audiovisual no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri”, apresentado no ano de 2021 na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. A pesquisa, bem como o presente texto, trata sobre a investigação de práticas pedagógicas inclusivas na Geografia, visando atender estudantes surdos.

A pesquisa apresenta como práticas pedagógicas investigadas orientaram na produção de um audiovisual acessível ao público surdo e a todos os estudantes da educação básica. O audiovisual foi produzido no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri - MONA da Lagoa do Peri, localizado em Florianópolis/SC. A pesquisa contou com a parceria do Programa de Extensão Expedições Geográficas. O Programa realiza ações desde o ano de 2017 e tem como objetivo “contribuir para a formação docente em Geografia por meio de trilhas e caminhadas pela Ilha de Santa Catarina” (ATLAS, 2023). A partir disso, este artigo retrata os processos que foram feitos para produzir o audiovisual, com o objetivo de dar visibilidade para o tema da inclusão escolar de surdos na disciplina de Geografia.

Atualmente, existem diversos obstáculos que fazem parte da luta da comunidade surda como, por exemplo, os espaços da sociedade que são pouco ocupados e pensados para o público surdo. Seja o ambiente de trabalho, os espaços escolares, ou um simples programa de lazer como um passeio ao parque ou uma ida ao cinema, os quais podem se tornar de difícil acesso quando crianças não conseguem entender as orientações de um guia de trilhas ou assistir um filme de animação, pois estes não são oferecidos com intérprete ou legenda pelos estabelecimentos.

A inspiração para escrever sobre o tema em tela veio de uma experiência pessoal em um espaço educativo, na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, quando atuamos em uma turma com um estudante surdo e com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Durante o período do estágio, percebíamos que boa parte do que se estudava

¹ Professora de Geografia da rede municipal e estadual de educação básica. Email: gabisousa292@gmail.com

² Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Email: ana.chaves@udesc.br



sobre a inclusão, na universidade, não era posto em prática. O que ocorria, na verdade, era uma integração desse aluno em uma sala de aula regular, e não a inclusão. Essa experiência foi cheia de desafios e de inquietações e, por conta disso, decidimos investigar práticas que pudessem ser postas em prática em turmas da educação básica e que fossem acessíveis aos estudantes surdos.

Assim, o objetivo da pesquisa foi investigar práticas pedagógicas acessíveis à comunidade surda que podem ser utilizadas no ensino da Geografia e, a partir deste estudo, produzir um audiovisual sobre a paisagem do MONA da Lagoa do Peri, que fosse acessível em Libras, criando um material que poderá ser utilizado como ferramenta didática na educação básica. O presente texto conta sobre o processo de pesquisa e está estruturado da seguinte forma: primeiro, uma breve contextualização dos direitos e lutas da comunidade surda; em um segundo momento, apresentamos algumas práticas do ensino de geografia voltadas para estudantes surdos, as quais orientaram a pesquisa e, então, a confecção do audiovisual. Logo após, trazemos as análises, resultados e a transposição didática que foi realizada no processo de produção do audiovisual. Por fim, as considerações finais em relação ao tema tratado e ao processo de pesquisa.

Educação e Direitos dos Surdos

Para contextualizar a educação de surdos na atualidade, é necessário que se olhe para trás, para as heranças deixadas no decorrer dessa trajetória. Para isso, realizamos um breve resgate da história da educação dos surdos, principalmente no Brasil.

Durante muito tempo, a comunidade surda lutou por seus direitos na sociedade, os quais muitos desses foram negados por séculos. Na Antiguidade, por exemplo, os surdos eram tidos como seres sem humanidade, não podiam se comunicar através de movimentos das mãos e, caso os fizessem, recebiam severas punições. Os surdos não possuíam os mesmos direitos que as pessoas consideradas normais, e eram comumente chamados de doentes mentais, por conta das suas diferenças de comunicação (A VIDA em Libras: história dos surdos, 2020).

Dentre os marcos importantes que impulsionaram a história da comunidade surda, pode-se destacar algumas contribuições como a de monge Ponce Leon, que educava crianças surdas herdeiras de grandes fortunas, por meio da oralização (CRUZ; ARAÚJO, 2016). Em 1620, o Padre Juan Pablo Bonet, lançou na Europa um alfabeto manual que remetia à língua de sinais, apesar de que, naquela época, a oralização ainda era utilizada como principal ferramenta de comunicação dos surdos (A VIDA em Libras: história dos surdos, 2020). Outra figura, importante nessa jornada de conquistas de direitos para os surdos, foi o professor francês Charles-Michel de l'Épée. Em 1760, o professor fundou o Instituto de Paris, primeira escola para surdos, cujo método de ensino era por meio da língua de sinais, a língua natural dos surdos, ainda que outros métodos estivessem presentes (CRUZ; ARAÚJO, 2016). Já em 1864, foi criada a Universidade Gallaudet, localizada em Washington, nos Estados Unidos. A Universidade Gallaudet foi a primeira universidade do planeta voltada para o público surdo, idealizada pelo professor Thomas Hopkins Gallaudet, quando este visitou o Instituto de Paris. Por conta disso, a Língua de Sinais Americana (ASL), assim como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), possuem origem na Língua de Sinais Francesa (GESSER, 2015).

No Brasil, um marco importante aconteceu ainda na época do Império, mais precisamente em 1857. Neste ano, Dom Pedro II inaugurou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Atualmente, o termo Surdo-Mudo, caiu em desuso pela sociedade, pois tem-se o conhecimento de que mesmo uma pessoa sendo surda, ela possui a habilidade de oralizar e,



por isso, atualmente, o Instituto se denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (CRUZ LISBÔA; PACHECO LISBÔA; SILVA, 2020).

Após uma árdua trajetória de lutas, avanços e retrocessos, os surdos se uniram como uma comunidade forte e organizada a fim de garantir seu espaço e direitos como cidadãos na sociedade atual. Outra referência dessa luta no Brasil foi a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu “[...] como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002).

Ainda assim, mesmo depois da comunidade surda ter lutado por seus direitos durante o passar das décadas, existem muitos obstáculos a serem vencidos. Um exemplo é a perspectiva de que a surdez ainda é considerada uma doença, ou seja, para a medicina, a surdez é tida como uma patologia e pode ser corrigida através do uso de implantes cocleares. Em contrapartida, os autores Araújo e Freitas (2011, p.186), fazem uma reflexão acerca da representação da Língua de Sinais para a comunidade surda, trazendo o entendimento cultural sobre a surdez. Para isso, os autores trazem em seus escritos a visão do autor Carlos Skliar (1997), que diz que a Língua de Sinais elimina a referida deficiência auditiva dos surdos, formando, então, uma comunidade minoritária em questão linguística, mas não um grupo de deficientes. Com essa visão cultural da surdez, fica claro que os surdos não devem ser vistos como deficientes e, sim, como uma comunidade de pessoas que se expressam de forma diferente.

Ao considerar que essa população está presente em diferentes espaços, bem como no ambiente escolar e, também, nas aulas de Geografia, propomos investigar práticas voltadas para estudantes surdos e analisar o que tinham em comum, a fim de orientar a elaboração de uma trilha interpretativa acessível para o público surdo, por meio de um recurso audiovisual.

O Ensino de Geografia para Alunos Surdos

Ser professor, atualmente, nos mobiliza a conhecer diferentes maneiras de ensinar. Isso acontece para que possamos atingir o maior o público possível, respeitando a diversidade e as especificidades educacionais de cada um. Temos em mente que os alunos de educação inclusiva ocupam boa parte desse público diverso e habitam o espaço escolar. Assim, considerando a inclusão escolar como uma demanda latente na escola, antes de desenvolvermos o audiovisual acessível, investigamos cinco práticas de ensino de geografia voltadas para estudantes surdos. A seguir, relatamos cada uma delas.

A primeira das práticas investigadas intitula-se “Inclusão: ensino de Geografia para alunos surdos, com um olhar sobre a paisagem a partir de uma visão freireana”, do autor Jean Volnei Fernandes (2016). Por meio da pesquisa-ação, o professor reuniu um grupo de 18 alunos do 6º ao 9º ano, juntamente com um professor intérprete da língua de sinais, para realizar a prática que teve início com uma roda de conversa sobre questões ambientais que podem ser vistas na paisagem e sobre o conceito de paisagem. Depois dessa roda de conversa, os alunos decidiram que o tema a ser trabalhado pelo grupo seria as modificações realizadas pelos seres humanos na natureza. Para isso, foi assistido um vídeo que aborda as transformações na paisagem através da ação humana, com foco no descarte do lixo gerado pelo ser humano. E, para concluir a prática, os alunos partiram a uma saída de campo para um lixão próximo à escola, a fim de analisar as consequências das transformações da paisagem feitas pelos seres humanos.



A segunda prática investigada foi “Cartografia escolar e inclusiva para alunos surdos” de Pedro Moreira dos Santos Neto e Miriam Aparecida Bueno (2019). A pesquisa iniciou com uma observação de 20 aulas de Geografia, com o objetivo de identificar como a cartografia era ensinada e as dificuldades de alunos surdos ao ler um mapa. As entrevistas mostraram que os alunos surdos conseguiam entender as imagens de satélites, mas tinham dificuldades em relação a ler um mapa que continha elementos cartográficos (como legenda, título e outros elementos) escritos na língua portuguesa. A próxima etapa da prática proposta foi uma oficina/minicurso, que abordou alguns elementos comuns em mapas, como título, legenda, escala e orientação. O período de observação e as entrevistas serviram para orientar os pesquisadores sobre os temas nos quais os alunos surdos tinham dificuldade na hora de interpretar um mapa, e os dados colhidos nesse período foram utilizados para a confecção de um mapa acessível para os surdos.

A terceira prática investigada foi “Uma reflexão acerca do ensino de Geografia e da inclusão de alunos surdos em classes regulares”, da professora Jacqueline Praxedes de Almeida e das estudantes Illana Silva Rocha e Sara Alcantara Peixoto (2013). O artigo conta a prática das duas estudantes em uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental, com estudantes surdos. Durante o período de observação das aulas, as pesquisadoras notaram alguns desafios, por exemplo, os alunos surdos eram segregados do restante da sala, de um lado da sala o professor intérprete ficava com os surdos e, no outro, a professora regente ficava com os ouvintes. Além disso, os alunos surdos e ouvintes não se comunicavam entre si, e as atividades passadas pela professora regente geralmente eram atividades de memorização, instigando pouco a curiosidade e participação dos estudantes surdos.

As estagiárias propuseram um jogo de quebra-cabeça chamado GEOBRASIL para a intervenção do estágio, no qual cada estado era uma peça do jogo e cada região do Brasil tinha uma cor diferente. A intenção era que os estudantes, a partir da montagem do quebra-cabeça, pudessem revisar conteúdos já estudados em aula, como economia das regiões, cultura, aspectos físicos e particularidades de cada região, trabalhando também as noções visuais. Para isso, a turma foi dividida em cinco grupos, com alunos surdos e ouvintes no mesmo grupo. Em ordem de equipes, as estagiárias sorteavam um aluno que ia na caixinha pegar uma informação sobre as regiões e voltava para o grupo a fim de discutir e saber se a informação era verdadeira ou falsa. Se o grupo acertasse, eles poderiam colocar uma peça no quebra cabeça, caso não acertassem, era a vez de outra equipe jogar. Para essa atividade, o professor intérprete foi indispensável. Como conclusão da prática, as estagiárias notaram uma maior interação entre os alunos surdos e ouvintes por conta do jogo lúdico que foi proposto, pois havia a necessidade de uma conversação com toda a equipe.

A quarta prática analisada foi “A cartografia nos estudos do meio ambiente: por uma prática bilíngue visando a inclusão dos alunos surdos”, dos autores Tiago Salge Araújo e Maria Isabel Castreghini de Freitas (2011). Essa prática foi realizada para o trabalho de conclusão de curso do autor. A pesquisa foi realizada com uma turma de 4º ano, e outra de 5º ano, que juntas possuíam nove estudantes surdos de uma escola da periferia, em que o entorno da escola possuía baixa infraestrutura. A prática girou em torno da cartografia e de seus símbolos, foram propostas saídas de campo, atividades com fotos e desenhos, e interpretações de mapas com os alunos surdos juntamente com um professor intérprete, para que a comunicação fosse feita na linguagem dos surdos. O autor intitulou a prática de “Os problemas ambientais urbanos: Do mundo à minha escola”.

A primeira dinâmica consistiu em um quebra-cabeça, confeccionado com papelão e papel adesivo, de um desenho com elementos encontrados em uma cidade. Após a montagem, foi pedido que os alunos apontassem para elementos como casas, carros, prédios,



entre outros. Em seguida, foi mostrado fotos (legendadas em Libras para que fosse acessível) em que o tema era “Do meio natural aos problemas urbanos” e retratam como a industrialização e urbanização dos lugares estavam correlacionados à poluição das cidades, ao descarte incorreto de lixos e outros problemas urbanos, e como isso modificou o espaço rural.

O tema da segunda dinâmica eram os problemas ambientais na cidade em que está localizada a escola. Os materiais utilizados foram um globo, para que os estudantes localizassem o Brasil, um mapa físico do Brasil, para que os alunos escrevessem o nome do país com o objetivo de trabalhar a língua portuguesa escrita e, nesse momento, também foi movimentado os elementos de um mapa, como título, orientação, escala e legenda, além de um mapa do Brasil com a divisão política e os estados e capitais legendados em Libras, em sua forma escrita.

A última dinâmica foi uma saída de campo no entorno da escola, em que os alunos identificaram vários problemas urbanos que haviam sido citados anteriormente, como a falta de infraestrutura nas ruas, problemas com esgoto e problemas ambientais. Além disso, o pesquisador disponibilizou máquinas fotográficas para que os estudantes pudessem fotografar o que os chamasse atenção. A saída de campo foi finalizada com uma roda de conversa e um piquenique realizado na escola, onde o professor perguntou aos estudantes o que eles haviam gostado e o que não haviam gostado de ver durante o campo. No fim, o pesquisador confeccionou uma maquete mostrando o entorno da escola pela visão dos estudantes, utilizando as fotografias que os mesmos haviam tirado.

O último artigo investigado se chama “Possibilidades didáticas no ensino de Geografia para estudantes surdos”, dos autores Bruno Luiz Cruz Lisboa, Gabrielle Leite Pacheco Lisboa e Gilcildei Rodrigues da Silva (2020). Esse artigo não é sobre a execução de uma prática, mas sim de ideias de práticas que podem ser utilizadas com estudantes surdos. Para que seja possível colocar em prática as atividades propostas pelos autores, é necessária atenção a alguns fatores importantes. Por exemplo, é fundamental, nessas práticas, a presença do professor intérprete de Libras/Português para que o estudante surdo tenha maior compreensão do que está sendo trabalhado. Outro ponto de atenção é a utilização do espaço-visual, que para os surdos é indispensável e, por isso, os autores salientam a importância da pedagogia visual para surdos.

Entre as práticas propostas pelos autores está a cartografia, pois os mapas expressam a realidade de um determinado espaço e é fundamental que os sujeitos se localizem no espaço. Entretanto, para trabalhar com mapas é preciso conhecer os elementos utilizados, como o título, a legenda, as orientações, pois nem sempre eles estão acessíveis ao público surdo, como bem pontuaram os autores Santos Neto e Bueno (2019) em “Cartografia escolar e inclusiva para alunos surdos”.

Além disso, os autores trazem a opção de usar maquetes, charges, tirinhas e quadrinhos, saídas de campo, jogos lúdicos e filmes, pois todas elas trabalham com o espaço-visual, algo que para o público surdo é essencial na vida e na educação. Trouxeram também a opção do Librário, um jogo de cartas que estimula o uso e o desenvolvimento da Libras, produzido pela Universidade do Estado de Minas Gerais, que possui versão física e digital.

Apesar dos desafios de promover uma educação inclusiva para estudantes surdos, as práticas que foram apresentadas aqui são estratégias exitosas que podem ser utilizadas como ponto de partida para realizar uma educação mais inclusiva e de qualidade. Diante dos resultados positivos que as práticas apresentadas atingiram, as mesmas serviram de inspiração para pensarmos outras práticas educativas no ensino da Geografia, como a



produção de um audiovisual acessível ao público surdo, como ferramenta metodológica na educação básica. Diante desse objetivo, elegemos o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri como local de estudo.

Trilhando Acessibilidades no Mona da Lagoa do Peri

O Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri, o MONA da Lagoa do Peri, é considerado a maior Unidade de Conservação do município de Florianópolis - SC, localizado no sul da Ilha de Santa Catarina. O MONA da Lagoa do Peri conta com o maior reservatório natural de água doce superficial do litoral do estado. A área do local é de 42,17 km², com uma estrutura que recebe pesquisas científicas e educacionais, projetos escolares de educação ambiental, trilhas, espaço para lazer, além das residências da comunidade remanescente, nas áreas que são legalizadas para a ocupação humana.

O espaço do MONA da Lagoa do Peri é dividido em três áreas: Área de Lazer, Área de Paisagem Cultural e Área de Reserva Biológica. A área de lazer é onde encontramos a planície de restinga, próximo à lagoa, onde fica localizada as duas trilhas escolhidas nesta pesquisa, o Caminho do Saquinho e o Caminho Guarani. A área de Paisagem Cultural, é onde ficam localizadas as moradias da comunidade tradicional de remanescente dos colonos açorianos. E, a Área de Reserva Biológica, é um local de preservação permanente e integral, não sendo permitido aos visitantes da Unidade de Conservação.

Na Área de Lazer encontramos a Lagoa do Peri. A Lagoa surgiu devido ao processo de regressão marinha, ou seja, o aumento e diminuição do nível do mar ocorrido há 120 mil anos. O local conta com altitudes que chegam até 440m e, nessa inclinação, podemos observar os garapuvus, árvore símbolo do município de Florianópolis (LOPES, 2016).

Além dos garapuvus, o MONA da Lagoa do Peri possui uma extensa biodiversidade nativa expressa em fauna, flora, rochas e solos. A vegetação principal é da Mata Atlântica, a floresta ombrófila densa com vegetação fluvial e restinga. Ainda que seja uma unidade de conservação e que em sua maioria a vegetação do local seja nativa, algumas espécies exóticas se infiltraram no ecossistema, como é o caso do pinus (*Pinus elliottii*), do eucalipto (*Eucalyptus*), da espada de São Jorge (*Dracaena trifasciata*), do bambu (*Bambusoideae*) e, até mesmo, cafezais e castanheiras (CHAVES, 2020).

As espécies exóticas citadas podem ser encontradas nas trilhas Caminho Guarani, com extensão de 4 km, e Caminho do Saquinho, com 2 km. Para a realização da pesquisa, estudamos alguns pontos das trilhas Caminho Guarani e Caminho do Saquinho (Figura 1) para a transposição didática de elementos da paisagem.

A trilha do Caminho Guarani tem seu início próximo à sede do MONA da Lagoa do Peri. No começo da trilha, a vegetação é de restinga e, conforme vamos adentrando a mata, a mesma vai ficando mais fechada e as espécies nativas podem ser observadas. O solo, assim como a vegetação, muda ao longo da trilha, no início, é arenoso e passa a ser argiloso quando a vegetação fica mais fechada. A matéria orgânica, vinda das árvores e dos dejetos animais, ajuda a manter o chão úmido e, quando se decompõe, faz com que o solo fique escuro e nutrido, diferente do solo arenoso do início da trilha. As espécies exóticas citadas anteriormente podem ser encontradas no percurso da trilha. Nessa trilha, também encontramos a Estação de Tratamento de Água da CASAN, responsável por tratar e distribuir a água da lagoa para a população.



Figura 1 - Trajetos das trilhas Caminho Guarani e Caminho do Saquinho e seus respectivos portais de entrada

Fonte: Florianópolis (2020) e Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri (2021)



Já a trilha Caminho do Saquinho, tem seu início nas margens da Lagoa do Peri. Diferente do Caminho Guarani, o Caminho do Saquinho possui várias marcas culturais na paisagem. Nesta trilha podemos ver resquícios de engenho, possivelmente de cachaça, pois este está localizado em uma parte inclinada do terreno onde não era possível realizar a tração animal, comumente utilizada em engenhos de farinha. Os antigos engenhos e seus resquícios são referências da comunidade ribeirinha que viveu naquele espaço há muitos anos, sobrevivendo da pesca, da agricultura de mandioca e cana de açúcar, para o funcionamento de engenhos de farinha e cachaça. Na trilha, há também indícios de que havia um trapiche utilizado como atracadouro de embarcações de pesca dessa comunidade, visto nas rochas alinhadas em direção à Lagoa.

A trilha também apresenta espécies exóticas, trazidas pelas pessoas que habitavam o local. O bambu era utilizado como barreira de vento para as plantações, além de usado como cerca e para fazer balaios. A nogueira era outra espécie que podia ser vista pelos visitantes do Mona até alguns poucos anos atrás, mas que hoje não está mais presente na trilha. A planta era utilizada para a produção de sabão. O percurso que realizamos no Caminho do Saquinho finaliza em uma prainha bem calma, onde existe um rancho de pesca ainda utilizado pela comunidade local.

Quando refletimos sobre o ensino da paisagem na educação geográfica, para estudantes surdos, é preciso estar atento quanto a importância de promovermos uma pedagogia visual para esses estudantes. Por esse motivo, investigamos e analisamos a paisagem do MONA da Lagoa do Peri no intuito de produzir um audiovisual para construir os conceitos geográficos abordados nos trajetos das trilhas do Caminho do Saquinho e Caminho Guarani. Para tanto, foi necessário realizar a transposição didática do conteúdo interpretativo das trilhas para o formato audiovisual, de forma acessível a estudantes surdos. É essa experiência que pretendemos relatar a seguir.

Material Audiovisual Didático Acessível Aos Estudantes Surdos

Antes mesmo de desenvolvermos o audiovisual, a pesquisa realizou uma série de etapas preliminares. Realizamos uma saída de campo para colher dados das trilhas, fizemos reuniões com os profissionais especializados que fizeram parte do audiovisual, identificamos os pontos da paisagem que foram filmados, elaboramos um roteiro e fizemos a transposição da linguagem, para, por fim, chegarmos nas análises dos resultados encontrados.

O primeiro passo seria a saída de campo, entretanto, o mundo e o Brasil vivenciavam a pandemia de Coronavírus³. Por conta disso, locais que recebiam grandes aglomerações de pessoas foram fechados e o isolamento social teve que ser adotado pela população. Por isso, utilizamos dados que foram coletados em um campo anterior à pandemia, realizado na disciplina de Educação Ambiental.

O roteiro de saída de campo utilizado é o do livro Paisagens educativas no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri (CHAVES, 2021), uma produção do programa de extensão Expedições geográficas, que serviu como orientação para que fizéssemos a produção do roteiro para o audiovisual, intitulado “Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri

³ A pandemia de Coronavírus, também conhecida como COVID-19, é uma doença infecciosa do vírus SARS-CoV-2, que atingiu o mundo no fim do ano de 2019.

(2021)⁴. Para compor o roteiro do audiovisual, utilizamos a caderneta da saída de campo, fotografias e documentos oficiais do MONA da Lagoa do Peri. Para a realização da pesquisa, foi necessário a autorização do órgão gestor do local, o Departamento de Unidades de Conservação (DEPUC).

Após os trabalhos em campo, o segundo passo foram as reuniões com os profissionais especializados que participaram da produção do audiovisual, a intérprete de Libras e Português, Viviane Barazzutti; o audiodescritor José Carlos Rodrigues; e o produtor de filmagem Victor Giusti Lima, da Kura Filmes. As reuniões foram feitas remotamente, por conta da pandemia, nos encontramos presencialmente apenas com o produtor de filmagem para captar as imagens do audiovisual. Além desses profissionais, a captação do áudio da narração foi feita por Lautaro Ismael Radich.

Em seguida, depois de encontrar os profissionais especializados, tivemos seis encontros remotos para realizar a transposição da linguagem do roteiro do livro, para uma linguagem mais didática e acessível, além de transpor para uma linguagem escolar, já que o material foi pensado para ser utilizado em escolas de educação básica.

Durante as reuniões, tivemos cuidado com os detalhes dos pontos da paisagem que queríamos filmar, com os conceitos e termos que seriam utilizados, para que tivessem sinais em Libras que fossem equivalentes ou semelhantes. As informações do livro foram explanadas de forma ampla e detalhada, muitas vezes, com termos científicos da Geografia. Já no audiovisual, tentamos deixar as informações mais sucintas e diretas, de acordo com o que estava sendo narrado e aparecendo na tela.

Um desses exemplos é quando falamos sobre os tipos de solo da trilha Caminho Guarani (Figura 2). No livro consta como “No início da trilha, identifica-se um solo composto de sedimentos arenosos recentes da época pleistocênica (há 1,6 milhões de anos) característico de planícies litorâneas.” (CHAVES, 2021, p. 18). Para o audiovisual, fizemos a transposição para “Ao longo do Caminho Guarani, identificamos dois tipos de solo: às margens da Lagoa o solo é arenoso, claro, poroso e pobre em nutrientes, isso dificulta a sobrevivência de organismos vivos.” e “Avançando na trilha o solo é argiloso, caracterizado por ser mais escuro, úmido e compacto.” (TRILHANDO acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri). Acompanhando essa descrição, utilizamos as seguintes imagens que demonstram os tipos de solos referidos.



Figura 2 – Imagens retiradas do audiovisual, com destaque para os solos arenoso e argiloso

Fonte: Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri (2021).

⁴ Para assistir ao audiovisual acesse: <https://www.atlasudesc.com>

Outra adaptação realizada na linguagem do audiovisual é quando o material trata dos líquens (Figura 3). No livro, os líquens são apresentados como uma vegetação que faz parte dos resquícios de vegetação pioneira ou primária presentes no local, porém, por aparecer em grandes quantidades e muito frequente na trilha, decidimos mostrar um pouco mais sobre eles:

Os líquens são uma junção de fungos e pequenas partículas de algas que vieram da Lagoa e do mar através do ar. Quando a coloração do líquen é vermelha-alaranjada, significa que o ar é de boa qualidade e, quando um líquen apresenta a coloração acinzentada, pode representar baixa qualidade do ar. (TRILHANDO ACESSIBILIDADES NO MONA DA LAGOA DO PERI, 2021).

Outro caso semelhante está relacionado ao tema das bromélias e dos garapuvus (Figura 4), que fazem parte da Floresta Ombrófila Densa, vegetação proeminente do bioma Mata Atlântica e que aparecem com abundância na trilha, por isso, essas espécies foram filmadas com mais atenção.



Figura 3 - Imagens retiradas do audiovisual, com destaque para os líquens

Fonte: Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri (2021) e Chaves (2021).



Figura 4 - Imagens retiradas do audiovisual, com destaque para as bromélias e garapuvus

Fonte: Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri (2021) e Chaves (2021).

Além das espécies nativas da Mata Atlântica, outros aspectos da paisagem do MONA da Lagoa do Peri foram apontados no audiovisual, como as espécies exóticas, introduzidas pelos seres humanos e que causam um desequilíbrio intenso no ecossistema local. Um exemplo é o bambu, a espada de São Jorge e os eucaliptos e pinus, estes últimos, quando suas folhas caem abafam o solo, prejudicando o crescimento de outras plantas (Figura 5).



Figura 5 - Imagens retiradas do audiovisual, com destaque para os pinus e suas folhas no chão

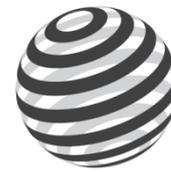
Fonte: Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri (2021).

As trilhas do Caminho Guarani e Caminho do Saquinho são muito parecidas em sua paisagem natural, por conta disso, decidimos dar mais atenção na filmagem aos aspectos culturais da paisagem na trilha do Caminho do Saquinho (Figura 6).



Figura 6 - Imagens retiradas do audiovisual, com destaque para os resquícios de trapiche, engenho, bambuzal e o rancho de pesca

Fonte: Trilhando acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri (2021).



Ao fim do audiovisual, deixamos uma mensagem sobre a importância que locais de conservação possuem para a educação geográfica, como o MONA da Lagoa do Peri. Além disso, o audiovisual produzido é um recurso que ressalta o apelo pela conservação dos nossos ecossistemas.

A pesquisa, como um todo, teve como propósito mostrar as possibilidades de se trabalhar com diferentes práticas e metodologias no ensino de Geografia, em turmas inclusivas com estudantes surdos. E, ressaltamos que, mesmo que seja difícil encontrar práticas acessíveis no cotidiano escolar, elas existem e podem ser adaptadas para a sala de aula, como foi nosso objetivo com a produção do audiovisual.

Considerações Finais

A respeito dos resultados encontrados ao finalizar a pesquisa, é preciso ressaltar aqui que só foi possível realizar este trabalho graças à incansável participação da comunidade surda pelos direitos e conquistas de políticas públicas voltadas aos surdos. A pesquisa e a produção do audiovisual, só foram possíveis após o estudo dos artigos investigados, os quais serviram de inspiração e orientação. Como visto nas práticas investigadas e na construção e produção do audiovisual, a categoria paisagem, entre as outras da Geografia, é uma opção para trabalhar e construir com estudantes surdos os conceitos da Geografia, por conta de toda a visualidade que está envolvida na análise dessa categoria.

A intenção do texto, além de demonstrar os resultados da pesquisa, foi também apresentar que é possível planejarmos aulas inclusivas quando temos o apoio necessário e quando nos inspiramos em exemplos de experiências já vivenciadas por outros. Um dos resultados obtidos, ao fim da pesquisa, foi um material didático que respeita as diferenças linguísticas da comunidade surda, que pode e deve ser utilizado na educação básica. O audiovisual foi produzido apoiado na interpretação do conteúdo, em Libras, na legenda escrita em língua portuguesa e, em toda a visualidade vinculada à análise da paisagem. Assim, os estudantes podem ter acesso a um conteúdo que normalmente não é de fácil acesso nas salas de aula.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. P.; ROCHA, I. S.; PEIXOTO, S. A. Uma reflexão acerca do ensino de geografia e da inclusão de alunos surdos. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 98-118, jan./jun. 2013.

ARAÚJO, T. S.; FREITAS, M. I. C. A cartografia nos estudos do meio ambiente: por uma prática bilíngue visando a inclusão dos alunos surdos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n. 3, p. 185-206, set./dez. 2011.

ATLAS, **Grupo de Pesquisa Atlas: Geografias, Imagens e Educação**. Disponível em: <https://www.atlasudesc.com/expedicoesgeograficas> Acesso em: 03 de abril de 2023.

A VIDA em LIBRAS: história dos surdos. [S. l.: s. n.], IjomaTV, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kcVHHBQh7hM&ab_channel=IjomaTV Acesso em: 16 de novembro de 2021.



BRASIL. **Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

CHAVES, A. P. N. O Estágio Supervisionado de Geografia em Unidades de Conservação: experiências no Parque Municipal da Lagoa do Peri – Florianópolis/SC. **Revista Geografia.** Londrina, v. 29. n. 1. pp. 285 – 297, janeiro/2020.

CHAVES, A. P. N. **Paisagens educativas no Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri.** Campo Grande/MS: Editora Inovar, 2021.

CRUZ LISBÔA, B. L.; PACHECO LISBÔA, G. L.; SILVA, G. R. Possibilidades didáticas no ensino de geografia para estudantes surdos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia.** Campinas, v. 10, n. 20, p. 399-410, jul./dez. 2020.

CRUZ, S. R.; ARAUJO, D. A. C. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades? **Revista Educação Especial,** Santa Maria, v. 29, n. 55, p. 373-384, maio./ago. 2016. DOI. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em: 16 de novembro de 2021.

FERNANDES, J. V. Inclusão: ensino de Geografia para alunos surdos, com um olhar sobre a paisagem a partir de uma visão freireana. **Geografia Ensino & Pesquisa,** v. 20, n. 3, p. 107-114, 2016.

FLORIANÓPOLIS. PMMA. **Plano Municipal da Mata Atlântica.** Realização: Prefeitura de Florianópolis; Floram; IPUF. 1ª edição. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 2020.

GESSER, A. A Língua de Sinais. In: GESSER, A. **LIBRAS, que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editora, 2009. p. 10-44.

LOPES, A. C. **Estudo sobre o uso e ocupação do solo da área urbana ao norte do Parque Municipal da Lagoa do Peri.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Sanitária e Ambiental) — Centro tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS NETO, P. M.; BUENO, M. A. Cartografia escolar e inclusiva para alunos surdos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia,** Campinas, v. 9, n. 17, p. 215-231, jan./jun. 2019.

TRILHANDO acessibilidades no MONA da Lagoa do Peri. SOUSA, G. M.; FEIJÓ, B. A. F.; CHAVES, A. P. N. **Grupo de pesquisa Atlas: Geografia, imagens e educação.** Programa de Extensão: Expedições Geográficas, 2021. Disponível em: <https://www.atlasudesc.com/expedicoesgeograficas> Acesso em: 16 de novembro de 2021.